

O FUTURO POLÍTICO DA EUROPA

A crise asiática e as suas repercussões

Joaquim Aguiar

Analista Político

Não pretendo analisar aqui a crise asiática em si mesma, como um fenómeno económico e financeiro específico que está em desenvolvimento na Ásia Oriental desde o início da década actual, no Japão desde os primeiros anos da década de 90, nas outras economias asiáticas, também designadas como «tigres», com mais intensidade desde Julho de 1997. Estando mais interessado nos assuntos políticos, a crise asiática será aqui considerada como um sintoma de um fenómeno mais geral, que não está circunscrito a uma única região ou apenas aos assuntos económicos. Mesmo para os mais experimentados economistas profissionais, ainda não é claro se será, para já, atingível o objectivo de uma análise estritamente económica que seja convincente¹. Se os analistas económicos que têm o curriculum adequado não têm sido muito bem sucedidos na interpretação, em termos económicos, de um fenómeno muito complexo e, em mais do que um sentido, surpreendente, parece razoável admitir-se que a crise asiática não deve ser vista como uma crise em si mesma, específica de uma certa região e gerada pelas suas singularidades. É verdade que há boas narrativas e descrições elaboradas com os detalhes económicos da crise asiática, e algumas serão referidas mais à frente. Mas justifica-se apresentar um argumento de índole mais geral antes de se entrar nas especificidades destas perturbações.

Vista da Europa – e esta será a perspectiva aqui adoptada –, a crise asiática aparece como o exemplo de uma perturbação específica dentro de um fenómeno mais geral, que pode ter outras manifestações em outras partes do mundo, variando em função das características básicas, ou das condições iniciais, de cada zona. Todas essas perturbações estão a ser geradas pelo mesmo tipo de forças genéricas que estão a configurar agora os campos económicos, sociais e políticos, tornando-os muito diferentes do que costumavam ser.

Nos nossos tempos, num mundo globalizado onde as fronteiras nacionais já não têm eficácia para controlarem os efeitos, directos e indirectos, de crises em outras partes do mundo, ninguém pode ignorar a responsabilidade de procurar explicações credíveis para cada tipo de perturbação, e argumentos que esclareçam o que correu mal. Mais do que um problema analítico, o que se encontra aqui é um problema pertinente de autodefesa. Se não formos capazes de atingir uma explicação razoável para estes tipos específicos de perturbação, por muito peculiares que estes pareçam ser, ninguém poderá estar seguro de que qualquer coisa de semelhante, ou uma perturbação equivalente na mesma ordem de grandeza, não possa acontecer numa zona próxima ou na nossa sociedade.

Neste ponto, justifica-se a citação de Paul Krugman, professor de economia no MIT: «O Japão preocupa-me. Se não conseguirmos compreender o que aconteceu de errado no Japão, quem pode garantir que coisa idêntica não nos possa acontecer?»². O tema não é o Japão, ou a Tailândia, ou a Indonésia, ou o muito celebrado «Estado desenvolvimentista», o capitalismo de influências e amigos ou os modos muito especiais que as autoridades

financeiras adoptam para avaliar o risco e para aplicar o capital. O tema central, pelo menos na perspectiva escolhida para este texto, é porquê agora e porquê tão subitamente, com tanta virulência.

Será um vírus bem conhecido e a razão para a doença deverá ser procurada em fragilidades particulares que estavam no corpo económico da Ásia Oriental e nos seus hábitos sistémicos? Ou estaremos perante um vírus mutante, que explora as mudanças nas condições económicas e políticas para produzir perturbações de um novo tipo?

O argumento aqui apresentado estará centrado na necessidade de ir para além das singularidades da economia e da política asiáticas, e até mesmo para além das suas peculiaridades culturais, ainda que todos estes sejam, certamente, aspectos importantes a considerar. O objectivo é integrar o que está a acontecer na Ásia na perspectiva mais ampla do que tem estado a mudar em todas as sociedades modernas dentro do processo que tem sido designado como globalização. Se o argumento for aceite como fundamentado e plausível, o que quer que seja que está a acontecer – no Japão e por toda a Ásia Oriental, na América Latina ou até na Rússia e na volatilidade do Dow Jones – deverá ser considerado como um novo tipo de perturbação, gerado por novas relações económicas em condições sociais e políticas alteradas. E para este vírus mutante as terapêuticas habituais não serão eficazes.

1. A ambiguidade da globalização

Globalização é um termo ambíguo quando é usado como uma chave explicativa geral para os acontecimentos recentes. O nosso não é o primeiro período da história em que processos de globalização perturbam os sistemas políticos e as configurações sociais estabelecidas.

Para considerar apenas os últimos quinhentos anos³, pelo menos duas ondas de globalização mudaram drasticamente as estruturas económicas, políticas e sociais em todo o mundo, por modos e com intensidades que nenhum poder individualizado poderia impor. A expansão europeia, conduzindo à implantação de impérios coloniais, do século xvi até meados do século xx, foi a primeira onda de globalização, estabelecendo um padrão mundial cujas formas eram delimitadas por fronteiras. A segunda onda foi gerada por fluxos financeiros, durante a viragem do século xix para o século xx, dirigindo-se para as que eram, então, as economias emergentes, um período durante o qual a circulação de capitais e de produtos registou um forte aumento de intensidade⁴. E até os desenvolvimentos tecnológicos, vindos desde a Renascença através das Revoluções Industrial, Agrícola e Informática, podem ser apresentados como uma onda longa de globalização, uma corrente subterrânea sobre a qual outras, superficiais mas mais visíveis nas perspectivas de curto prazo, seguem os seus cursos.

Não há nada de muito novo em termos de globalização, pelo menos quando consideramos este conceito na perspectiva histórica do prazo longo. É certo que cada período histórico tem as suas prioridades próprias e o seu contexto prático específico, e é nesse quadro que são construídos as expectativas e os objectivos. Neste sentido, é compreensível que a globalização actual, porque é a nossa globalização, seja mais importante para nós do que todas as outras anteriores. Mas é preciso ter especiais cautelas quando, ao analisar os acontecimentos concretos e actuais, se aceita o risco do daltonismo, mesmo quando isso seja justificado pelo facto de sermos directamente interferidos e envolvidos pelos acontecimentos actuais.

Por muito complexo que isso possa ser, a «verdade efectiva das coisas», como Maquiavel sugeria, é mais relevante do que a simplicidade das ilusões. A globalização é um elemento importante para explicar acontecimentos recentes, na Ásia e noutras partes, mas não deverá ser usada isoladamente, pois estaríamos a aceitar o risco excessivo de simplificar demasiado a evidência disponível ou, o que ainda seria pior, estaríamos a cair na armadilha de trivializar os temas, tornando-os equivalentes às globalizações do passado, o que pode ser um modo de, subconscientemente, evitarmos reconhecer a urgência da acção. Se as globalizações do passado foram absorvidas e integradas com sucesso, pelo menos nas sociedades ocidentais, não haveria razão para que a actual tivesse de ser diferente ou mais perigosa do que os anteriores processos de globalização. Para que possa ser útil, o conceito de globalização não deve ser usado isoladamente. Deve ser usado em conjunto com dois outros elementos que identificam a situação efectiva dos sistemas político e económico que são envolvidos por esta onda de globalização e que, quando considerados conjuntamente, explicam que as terapêuticas tradicionais não actuem como era esperado ou nem sequer actuem de todo.

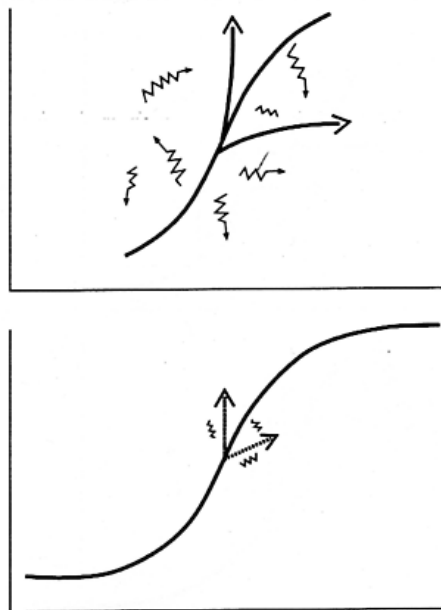
O primeiro desses dois elementos adicionais que devemos ter em consideração quando usamos o conceito de globalização é a diminuição dos poderes de regulação dos Estados nacionais nas sociedades modernas. Numa primeira observação, isto parece ser uma consequência da globalização e não uma variável independente. Uma observação mais detalhada permite ver uma imagem diferente. Os poderes de regulação de diferentes Estados nacionais nas sociedades modernas não são atingidos do mesmo modo e com a mesma intensidade em todos os casos. Os Estados nacionais que sofrem mais são aqueles onde as políticas reguladoras e os equilíbrios internos eram mais artificiais, mais afastados das condições competitivas gerais ou daquilo que se designa agora como padrões comparativos globais. Os Estados nacionais que viram os seus poderes de regulação tradicionais mais reduzidos são os que eram mais orientados pela óptica nacional no exercício dos seus poderes de soberania e que, por isso, eram mais vulneráveis à comparação directa de eficiência e de sustentabilidade que aparece com o processo de globalização. A evolução da eficácia dos poderes de regulação nacionais está ligada ao processo de globalização, mas não é uma variável dependente, tem alguns graus de liberdade.

O segundo elemento que deve ser associado ao processo de globalização para identificar as suas implicações estratégicas é a fase de desenvolvimento de cada sociedade. Um modo de considerar este terceiro elemento é através das curvas em S, as sigmóides. É familiar a primeira parte da curva em S, o símbolo do crescimento. Por vezes, é dada alguma atenção à secção intermédia da curva em S, quando a evolução acelera, ignorando a lei da gravidade e desafiando o peso. Contudo, a sigmóide tem dois outros aspectos importantes. Um é o ponto no meio, o ponto de inflexão, quando a aceleração perde força. O outro é a secção final, onde o movimento ascendente se esgota. O sonho de todos é atingir e gerir um estado estacionário ao nível da secção final da sigmóide, o que seria a sustentação de uma tendência estável no ponto mais alto possível da curva. Nunca ninguém conseguiu realizar essa ambição de um modo sustentado, mas é importante determinar, quando se analisa o efeito de mudanças estratégicas, em que ponto da curva a sociedade está, pois a sua capacidade para reagir aos choques e às perturbações dependerá desta informação.

Se considerarmos agora os três elementos – a globalização, os poderes de regulação dos Estados nacionais e a posição na curva em S –, estabelecemos um trilema ou um contexto de escolha com três possibilidades: podemos obter uma evolução sustentável se só for necessário resolver dois destes problemas; mas não haverá evolução sustentável para os três problemas simultaneamente se todos convergirem numa interação negativa⁵.

Para se explicar o funcionamento do modelo, é útil voltar à sigmóide, pois ela desempenha um papel importante. Serão usadas algumas figuras que foram concebidas para um problema muito diferente⁶, mas isso contribui para as tornar mais interessantes para o que se pretende mostrar. A característica interessante do ponto de inflexão é a coexistência de dois tipos de forças, um forçando o sistema para cima, o outro para baixo, como aparece representado no diagrama seguinte.

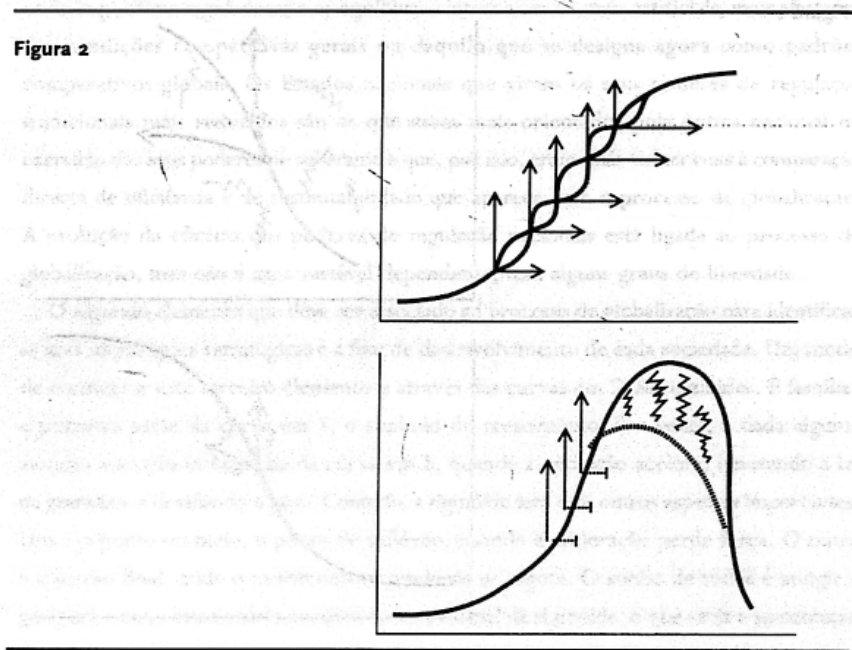
Figura 1



Como comentário a esta figura, os autores escrevem que «quando vista numa perspectiva de curto prazo, como é representada na parte superior da figura, a tensão e o conflito inerentes a esta transição podem parecer caóticos e sintomáticos de um mundo em desintegração, em colapso. Contudo, quando vistos numa perspectiva de mais longo prazo, como se ilustra na sigmóide da parte inferior, estes conflitos e incertezas podem ser interpretados como fazendo parte de um processo da natureza mais ordenado, ainda que difícil. Observadas deste modo, as perturbações do presente podem ser consideradas não como um sintoma de uma doença que deva ser tratada ou eliminada, mas sim como o resultado da obsolescência de padrões de vida que eram eficazes e como os começos incertos de novos padrões apropriados às condições que estão a aparecer»⁷.

O argumento avança um passo quando se considera a interação de dois tipos de atitudes e de valores, uns relacionados com o que pode ser identificado como «tendências de época A», ou ascendentes, os outros como «tendências de época B», ou descendentes. A

interacção pode ser harmónica e auto-sustentada, ou conduzindo a uma escalada de conflitos que terminem num colapso catastrófico⁸, como se representa na figura seguinte.



Não há nenhuma razão predeterminada que explique a evolução do sistema no sentido da parte superior ou da parte inferior do diagrama. Mas quanto mais depressa se chegar à secção superior da sigmóide ou quanto mais perto se estiver da parte superior da curva, mais provável será que se esteja a entrar numa fase de desequilíbrios catastróficos.

Pode passar-se agora para os poderes de regulação dos Estados nacionais. Eles alteraram-se drasticamente com a abertura das economias e com o novo tipo de rigidez que é criada pelos mercados competitivos, onde a viabilidade das empresas está agora dependente da sua capacidade para satisfazer os padrões comparativos internacionais em termos de eficiência. Ao mesmo tempo, as intervenções das autoridades públicas estão agora dependentes da satisfação do critério do equilíbrio orçamental, sendo vulneráveis às análises de avaliação do risco que são feitas pelos operadores financeiros internacionais.

Num diagrama simples, estas relações podem ser ilustradas do seguinte modo:

Figura 3

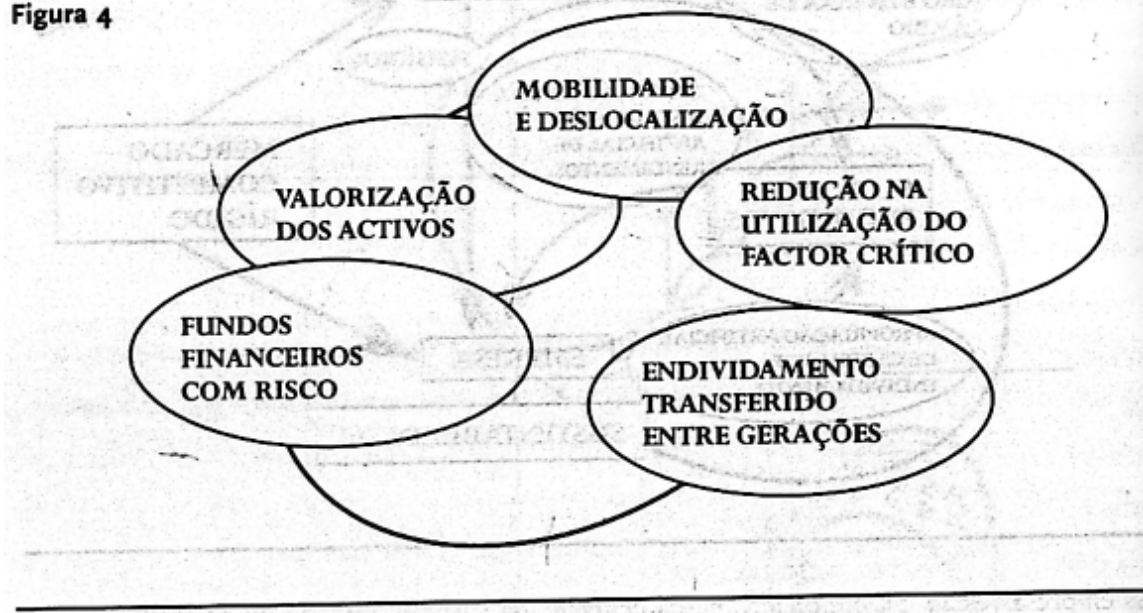


As empresas estão condicionadas pelos critérios da sustentabilidade ou da viabilidade, e os Estados pelo critério de um défice orçamental aceitável, mas tanto as empresas como os Estados estão limitados pelas pressões de um mercado competitivo rígido. Acabaram os tempos em que as empresas podiam ser protegidas por barreiras ou em que os Estados podiam legislar sobre os preços e as quantidades dos produtos para o mercado interno. Acabaram, também, muitos dos poderes económicos dos Estados: muitos deles estão agora limitados a gerir a dívida pública, as taxas de juro e as taxas de câmbio – e nem mesmo estes poderes são, agora, efectivos dentro da área do euro para cada Estado que a integre.

Nesta nova estrutura das economias abertas, qualquer choque sobre os custos (salários, taxas de juro ou taxa de câmbio, inesperadas mudanças tecnológicas) não pode ser facilmente absorvido e não será coberto por subsídios de Estado (limitados pelos equilíbrios orçamentais, mas também pela rigidez dos programas de protecção social). Em lugar disso, o mais simples, e por vezes o único, modo de absorver estes choques é através do endividamento, no que poderia ser designado como uma apropriação artificial de capital. O que se encontra aqui é uma tendência inerente no sentido do aumento do endividamento – uma tendência que é ainda mais reforçada pelos mecanismos de financiamento usados para cobrir as despesas crescentes com a protecção social.

Este círculo ou espiral de endividamento merece uma referência específica, pois os modos de resolver este tipo de problema, de modo a regulá-lo, são limitados. Algumas das soluções mais comuns são referidas na figura seguinte:

Figura 4



A reavaliação dos activos é uma resposta possível, mas perigosa se não for realista. Os fundos de investimento gerindo o risco é outra resposta, oferecendo a oportunidade de socializar o risco, mas é vulnerável à análise do risco e à volatilidade dos mercados. A mobilidade do capital e a deslocalização são respostas estratégicas, mas implicam a entrada em outros sistemas sociais e em outras culturas. As reduções de custos e a redução de trabalhadores respondem ao choque dos custos, mas geram outros problemas de equilíbrio a longo prazo e, mais importante ainda, problemas sérios de motivação. O modo mais simples continua a ser a transferência da dívida entre gerações, mas isto apenas significa que o problema do endividamento se transforma num problema crónico para as sociedades modernas desenvolvidas.

Temos agora os três elementos que são necessários para identificar os novos campos estratégicos das sociedades modernas. Este campo estratégico pode ser sintetizado com a ajuda do quadro seguinte:

Figura 5



Se a globalização não constituir um problema e os mecanismos de regulação forem eficazes, a localização na sigmóide não é muito importante e os objectivos de estabilidade interna ou de estado estacionário são atingíveis. Esta era uma boa aproximação à situação geral do Estado nacional tradicional, com este a exercer os poderes de soberania dentro do seu território.

Se a regulação não for um problema, a globalização estará a estimular o crescimento continuado ao longo da sigmóide e as promessas clássicas do progresso permanente podem ser cumpridas. É este o caso dos Estados Unidos actualmente, quando beneficiam da sua posição e do seu estatuto de poder hegemónico.

Se a posição na curva em S não constituir um problema, se a posição for ainda na secção de crescimento antes do ponto de inflexão, a diminuição dos poderes de regulação do Estado é compatível com as pressões da globalização, mantendo-se os estímulos ao crescimento. Este foi o caso, durante as últimas três décadas, da região da Ásia Oriental.

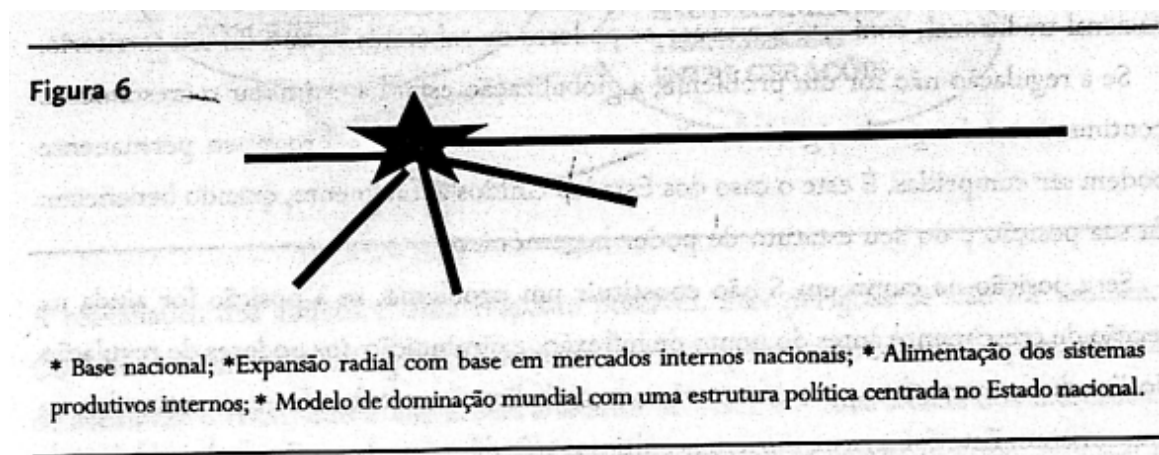
Estas três possibilidades permitem compreender a necessidade da consideração conjunta destas três variáveis. O «problema difícil» torna-se evidente quando as pressões da globalização se combinam com dificuldades crescentes na regulação e o sistema analisado se encontra próximo da parte superior da sigmóide. Quando o sistema fica inserido neste trilema, pequenos movimentos podem provocar grandes alterações. Em todas as sociedades modernas, as tendências de endividamento, público e privado, as mudanças na eficácia dos poderes reguladores e a mudança de escala provocada pela globalização, definem um contexto propenso a uma explosão súbita, a menos que se consiga encontrar um modo prático de reabrir uma trajectória de altas taxas de crescimento.

2. O que correu mal na Ásia?

O padrão do «problema difícil» é exactamente a situação que se encontra na Ásia à medida que estas sociedades se aproximam da fase de maturidade do seu modelo de desenvolvimento: as pressões dentro deste trilema eram demasiado fortes para serem controladas pelos meios convencionais.

Mas antes de se entrar nesta parte da história, utilizando a informação disponível, será útil comparar o que foi o modelo central da expansão histórica da Europa com o que tem sido a trajetória da expansão asiática. Esta comparação ajudará a clarificar o que poderá ser a evolução do modelo asiático. Dois gráficos muito simples ajudam a identificar as diferenças entre a trajetória histórica da Europa e a evolução mais recente da Ásia Oriental.

O modelo europeu de expansão mundial pode ser designado como nacional-colonial, no sentido de que diferentes Estados europeus se expandiram em extensões coloniais, transportando à distância os seus poderes reguladores (económicos, militares, administrativos e culturais). Este processo complexo e de longa duração pode ser sintetizado no gráfico seguinte:



O modelo europeu partiu de, e preservou, uma base nacional, não só em termos de mercados, mas também em termos dos poderes reguladores e administrativos. As colónias eram extensões da estrutura nacional, e a forma concreta de dominação mundial era composta por diferentes linhas ancoradas na Europa, com diferentes ritmos de desenvolvimento e diferentes problemas de regulação. Era um padrão de globalização que mantinha diferenciações ao longo de linhas nacionalistas⁹.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a concepção japonesa para o seu modelo de desenvolvimento não era muito diferente: a «Grande Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental» não era mais do que o projecto de um império colonial regional, controlado pelo Japão. A derrota, porém, abriu a oportunidade para um novo padrão, para o que podia ser realmente um novo modelo de desenvolvimento¹⁰, como se sintetiza a seguir.

As características originais deste padrão geram um contexto pós-colonial (é uma rede regional ligando pontos em triângulos articulados, relacionados por contratos de subcontratação e deslocalização de empresas, alimentados por fluxos de investimentos e reforçados por complementaridades regionais) e um novo tipo de estratégia expansionista: em lugar de conquistar território, população e recursos naturais, o objectivo é capturar mercados através da superioridade competitiva. É uma estratégia global, mas não assume nenhuma responsabilidade em relação ao exercício de poderes administrativos e reguladores onde se implanta. É uma estratégia unidimensional,

centrada em relações e objectivos económicos, onde as diferenças nacionais são consideradas secundárias e subordinadas aos objectivos económicos considerados mais importantes.

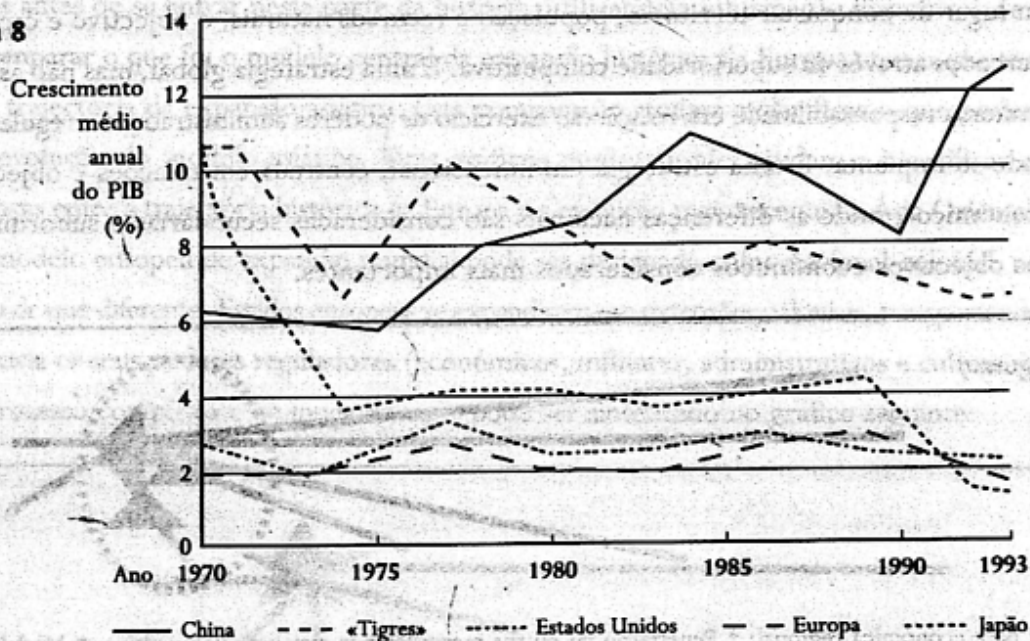
Figura 7



* Base económica regional; * Penetração de outros mercados por expansão competitiva; * Modelo de complementaridades regionais; * Estratégia global com diferentes traduções locais.

Este modelo de desenvolvimento obteve resultados extraordinários: «nenhum outro sistema económico produziu tanto, para tantos, num intervalo de tempo tão curto»¹¹. Contudo, tinha dois limites naturais. Baseado numa estratégia expansionista, o primeiro limite natural era a capacidade da procura de outras partes do mundo para absorver este potencial de produção¹². O segundo limite natural era a estabilidade do mecanismo interno que financiava esta estratégia expansionista. Ambos estes limites identificavam vulnerabilidades para este modelo, mas a periodização para a sua evidência era incerta. Para além destes dois limites naturais, um desenvolvimento regional específico aumentava as pressões sobre a estratégia expansionista: a integração da China no sistema económico internacional implicaria uma alteração de escala para estes limites, especialmente no que se refere ao nível de procura global que seria necessário para absorver o aumento da capacidade de produção que seria criado com a integração da China. Estas tensões gerais internas ao modelo de desenvolvimento asiático eram visíveis há muito tempo antes da crise actual, mostrando que as vulnerabilidades detectadas estavam a revelar-se com uma evidência crescente, com óbvia influência sobre as decisões dos agentes económicos. Esta evolução pode ser vista na figura seguinte¹³:

Figura 8



Desde os anos 70, as taxas de crescimento do Japão desceram para o nível dos 4% e, desde o início dos anos 90, desceram ainda mais. É certo que isto pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo funcionamento do modelo asiático de desenvolvimento: a rede de triângulos é construída através de movimentos de capital e de investimento directo internacional, pelo que as taxas de crescimento mais baixas na economia japonesa podem ser explicadas pela transferência para outras economias asiáticas desse específico potencial de crescimento que antes estava contido na economia japonesa. Mas qualquer que seja a explicação adequada para os resultados obtidos na economia japonesa, não há dúvida que as taxas de crescimento da economia chinesa estavam a criar um novo padrão nesta região, aumentando as suas vulnerabilidades latentes.

Uma outra informação complementar útil sobre as vulnerabilidades do modelo asiático de desenvolvimento pode ser encontrada quando se observa o seu mecanismo para financiar a economia. Embora a relação entre a oferta de moeda e o PIB não conte toda a história, quando se compara o padrão japonês com o que se encontra nos Estados Unidos é claro que a economia japonesa tem um elevado grau de alavancagem, com um alto nível de dívida e, portanto, está muito dependente dos resultados económicos obtidos pelos investimentos e actividades que são financiados por este valor elevado de criação de moeda¹⁴: enquanto em 1960 esta relação era a mesma nos Estados Unidos e no Japão, ligeiramente inferior a 60% e essa relação se manteve estável durante todo o período até 1998 nos Estados Unidos (descendo mesmo, desde 1995, para a zona dos 50%), no Japão o movimento divergente tem um primeiro pico em 1973 (quando ultrapassa os 80%), ultrapassa os 110% em 1990 e, depois de uma ligeira queda (na sequência do esforço de controlo da «bolha» financeira do início da década), chega aos 120% em 1998.

Só se podem manter altos níveis de dívida se houver níveis altos de resultados. Se estes altos níveis de resultados não forem obtidos de modo consistente durante um período

longo, de modo a cobrir todo o período de maturidade da dívida, o modelo gera uma vulnerabilidade imediata, a menos que uma sistemática revalorização dos activos crie a possibilidade de cobrir a diferença entre os resultados esperados e os resultados obtidos. Isto significa que o modelo gera uma tendência natural de formação de «bolhas» financeiras especulativas, onde credores e devedores, os dois lados da oferta e da procura de crédito, estão mutuamente interessados em manter a continuidade do sistema, mesmo que isso os obrigue a utilizar métodos artificiais de contabilidade.

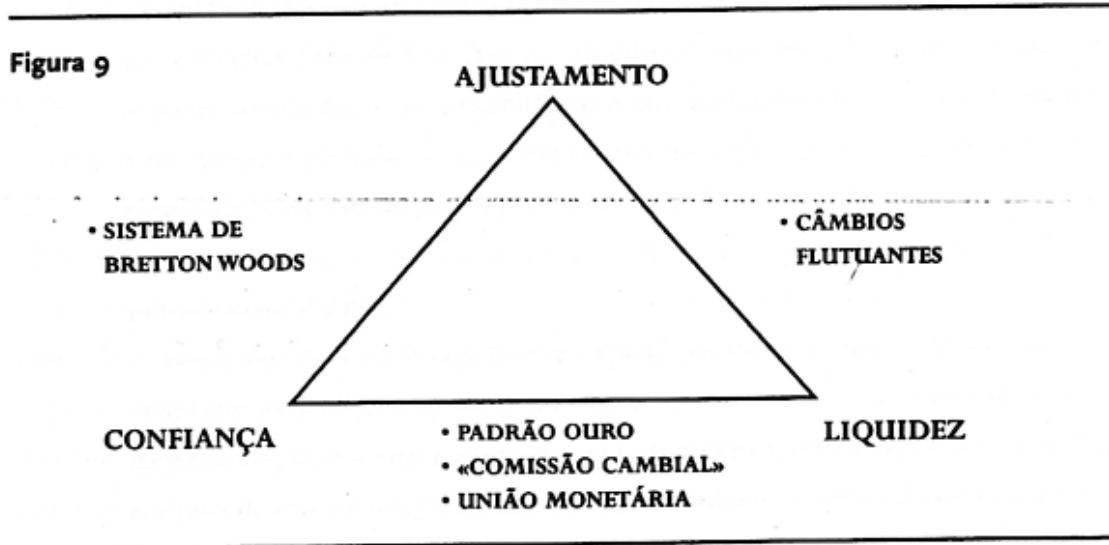
A possibilidade de esta tendência natural para a formação de «bolhas» especulativas financeiras ser endémica ao modelo é um ponto pertinente para a interpretação da crise actual. Para que fosse possível evitar uma instabilidade excessiva, seria necessário ter intervenções reguladoras sistemáticas. De facto, essa é uma característica permanente do modelo asiático de desenvolvimento: decisões de entidades governamentais (como o MITI e o Ministério das Finanças, no Japão), baseadas em critérios subjectivos mas também com uma orientação estratégica, ou decisões de personalidades relevantes (empresários e responsáveis dos bancos em redes de relações pessoais com o poder político), são consideradas de melhor qualidade e mais eficazes do que as decisões dos mercados. Isto não é muito diferente do que se esperaria encontrar numa economia de guerra¹⁵. Para assegurar os objectivos militares, todos os recursos financeiros são canalizados, através de entidades de regulação, para os diferentes sectores industriais. E quando as decisões se revelam como sendo menos eficazes do que era desejado, a resposta mais provável será aumentar o volume de recursos e não interromper o fluxo de fundos. A tendência será para proteger e esconder, de tal modo que os maus resultados (isto é, resultados que são inferiores ao que seria necessário para absorver a dívida) vão sendo acumulados até que aconteça uma crise sistémica¹⁶. Depois da derrota do Japão na guerra, as forças americanas de ocupação mudaram muita coisa, mas não alteraram este mecanismo especial de capitalismo administrado e os seus dispositivos para gerir níveis elevados de dívida.

O funcionamento continuado deste sistema exige crescimento continuado (é um modelo viciado na expansão) e confiança (os participantes têm de acreditar que alguém – a burocracia política – sabe o que está a acontecer e está preparado para sustentar a solvência do sistema). Estas duas condições serão de garantia mais difícil à medida que o sistema evolui para escalas superiores: os seus sucessos irão implicar maiores vulnerabilidades. A dependência em relação ao crescimento obrigará a novos investimentos, com o conseqüente aumento da dívida, e a lei dos rendimentos decrescentes exigirá uma avaliação do risco mais estrita, pois os novos investimentos irão gerar, proporcionalmente, resultados inferiores aos do passado. Mas a necessidade de manter a confiança criará situações de «risco moral», quando os investidores sabem que, aconteça o que acontecer, ou os lucros serão para eles, ou as perdas serão assumidas pelas autoridades públicas¹⁷.

As duas condições para o funcionamento continuado do sistema neutralizam-se mutuamente, em termos práticos: os investimentos serão decididos para manter o crescimento (e se isso não se fizer a pirâmide da dívida desmorona-se) dentro da regra geral de protecção de que um avalista de última instância cobrirá o que correr mal (porque as autoridades públicas farão tudo o que for preciso para evitar um efeito de dominó provocado por falências sucessivas). Como os agentes económicos e os operadores financeiros sabem tudo isto, surge a necessidade de um dispositivo adicional,

de uma terceira condição, para criar e manter a confiança, designadamente para reduzir o risco em relação ao capital que vem do exterior: uma decisão firme e credível de manter a estabilidade da taxa de câmbio. Isto garante os investidores externos contra a possibilidade de verem, de um dia para o outro, o seu dinheiro desvalorizado em consequência de uma alteração de paridades. A indexação das moedas regionais ao dólar satisfaz este objectivo, na medida em que é o equivalente a um abandono voluntário, pelas autoridades governamentais e financeiras envolvidas, do instrumento de política económica que é a desvalorização.

A indexação da taxa de câmbio é um elemento importante na interpretação do desenvolvimento concreto da crise asiática, pelo que se justifica precisar melhor o seu papel. É o que pode ser visto na figura seguinte, onde são representadas diferentes configurações de sistemas financeiros internacionais:



No caso do modelo asiático de desenvolvimento, confiança e liquidez têm uma importância decisiva. Para manter a confiança dos investidores, as autoridades públicas têm de afirmar um compromisso irreversível em relação à estabilidade cambial. Mas se também pretendem assegurar a liberdade dos fluxos de capitais, necessários para manter o crescimento continuado do investimento, ficam vulneráveis a ataques especulativos sempre que os operadores financeiros suspeitam que está a ser considerada uma desvalorização da moeda. A atenção aos equilíbrios fundamentais é essencial, mas mesmo isso poderá não ser suficiente: o «currency board» (comissão cambial) ou uma união monetária, como na União Europeia, é a alternativa que evita a reintrodução de controlos dos movimentos de capitais. Esta foi a opção escolhida na Ásia: taxas de câmbio fixas sob a forma de moedas indexadas ao dólar e os benefícios da liquidez sob a forma de significativas entradas de capitais¹⁸.

Estão agora definidos todos os elementos que são necessários para descrever o que correu mal na Ásia. Não foi um problema nos indicadores fundamentais da economia. Não havia dívida pública significativa e os défices na balança de transacções correntes eram

consequência de investimentos e não do consumo. Para reduzir a inflação e manter as suas posições competitivas, indispensável para sustentar uma estratégia de expansão económica, as economias asiáticas (o Japão é outra história, que será considerada mais à frente) indexaram as suas taxas de câmbio ao valor do dólar. Num contexto de grande mobilidade do capital e com a redução do risco obtida pela taxa de câmbio fixa, estes mercados tornaram-se muito atractivos para volumes consideráveis de capitais vindos do exterior. Mas se esta entrada de capitais for suficientemente elevada (e foi), obrigará a uma valorização real da taxa de câmbio, mesmo que ela continue indexada ao dólar em termos nominais. A consequência é que as importações se tornam mais baratas e as exportações mais caras: o objectivo da expansão agressiva é ameaçado por este indesejado efeito lateral da entrada de capitais, e em lugar das altas e consistentes taxas de crescimento o que se encontra é o aumento do défice da balança de transacções correntes em percentagem do pib.

Neste ponto, a confiança fica ameaçada, porque se torna credível que as autoridades económicas irão ser obrigadas a introduzir novas políticas e a alterar a anterior combinação de políticas, mas a necessidade de continuar com novos investimentos para não perder o ritmo de crescimento conduzirá, provavelmente, a erros de decisão. Como há muito dinheiro que vem do exterior e que tem de ser aplicado em algum sítio, aumenta a probabilidade de se acumularem créditos duvidosos que deixam de cobrar juros, sobretudo se a opção pelo crescimento for mantida contra a opção pela estabilidade e pela sustentabilidade a longo prazo.

O próximo passo poderá ter sido o decisivo para aumentar a vulnerabilidade até níveis onde já não é possível assegurar o controlo dos acontecimentos: «na medida em que os operadores locais tinham dúvidas quanto ao que iria ser o valor futuro da moeda, como se confirmava ao imporem um prémio de risco nas emissões de títulos nas bolsas locais, os governos e empresas não financeiras desses países foram levados a emitir dívida em moedas estrangeiras a uma reduzida taxa de juro. Na prática, em cada um destes países, as empresas contraíam empréstimos em dólares, mas recebiam as suas receitas nas moedas locais. Estas empresas passaram a estar vulneráveis ao aumento do seu endividamento externo, sobretudo porque era limitada a sua capacidade para a pagar»¹⁹. A opção pelo crescimento conduziu a um crescimento descontrolado do risco e tornou-se impossível mudar a combinação de políticas: qualquer mudança apenas agravaria os problemas.

Finalmente, o círculo fechou-se. Uma desvalorização implicaria que a dívida titulada em moedas estrangeiras cresceria para além da capacidade de sustentabilidade das empresas e o seu colapso agravaria a vulnerabilidade do sector bancário. A confiança desaparece e a única esperança reside num apoio público ou internacional. Resistir à desvalorização já não é uma opção viável: os efeitos acumulados de episódios passados de reavaliação dos activos e de ocultação de empréstimos sem remuneração não podem ser absorvidos sem o reconhecimento de perdas pesadas por parte das entidades locais – e esse não será o modo mais eficaz de recuperar a confiança, interna e externamente. Faça-se o que se fizer, a crise é inevitável, não há nenhum modo de gerir uma trajectória de estado estacionário. O efeito de «rebanho», o pânico generalizado, tornará mesmo impossível uma aterragem suave.

Como resumo, pode transcrever-se uma descrição da crise tal como ela é vista pelo fmi, expressa por um dos seus principais protagonistas: «Os factores internos fundamentais

que conduziram às dificuldades actuais parece terem sido: primeiro, a incapacidade para diminuir as pressões de sobreaquecimento que se tinham tornado cada vez mais evidentes na Tailândia e em muitos outros países da região e que se manifestavam em grandes défices externos e em bolhas nos mercados de títulos; segundo, a insistência nos regimes de indexação de taxas de câmbio por tempo demasiado, o que encorajou o endividamento externo e conduziu a uma exposição excessiva ao risco cambial, tanto no sector financeiro como no sector empresarial; e, terceiro, regras prudenciais pouco rigorosas e insuficiências de supervisão, o que conduziu a uma pronunciada degradação da qualidade das carteiras de créditos dos bancos. À medida que as crises se desenvolviam, as incertezas políticas e as dúvidas quanto à firmeza e à capacidade das autoridades para concretizarem as reformas e os ajustamentos necessários acentuaram as pressões sobre as moedas e os mercados de títulos. Não há dúvida que a relutância em adoptar medidas de rigor monetário e de decidir o encerramento das instituições financeiras insolventes contribuiu para a turbulência nos mercados financeiros»²⁰.

A acumulação de dívida de curto prazo a descoberto deixou as economias asiáticas vulneráveis a um colapso súbito da confiança. O enquadramento internacional, num contexto de reduzido crescimento em outras economias desenvolvidas, contribuiu para a oferta abundante de fundos para aplicações que pareciam ser de baixos riscos e, portanto, também de baixos custos. O processo de desregulamentação financeira, associado à globalização dos mercados financeiros e à abertura dos mercados de capitais nas economias da Ásia Oriental, tornaram muito mais fácil para os bancos e empresas locais o financiamento dos seus empréstimos e investimentos nos mercados externos. Aceitaram riscos significativos em termos cambiais e de maturidade dos empréstimos, mas consideraram-se protegidos na medida em que a indexação das moedas ao dólar lhes aparecia como uma segurança eficaz contra a instabilidade cambial.

A saída de capitais, e com ela a desvalorização das moedas e a queda do valor dos activos, aumentaram as pressões sobre os balanços das empresas privadas, designadamente no sector bancário, estabelecendo um padrão de previsões para a baixa que se tornou autoconfirmativa. Os problemas financeiros conduziram às restrições do crédito, os activos desvalorizados deixaram de servir como garantia válida para os empréstimos e os resultados gerais gerados pelos créditos e pelos investimentos eram inferiores ao que seria necessário para manter o funcionamento do modelo. É agora evidente que foi excessiva a acumulação de responsabilidades em relação ao exterior, em grande parte na forma de crédito comercial bancário de curto prazo concedido a entidades privadas. E como isto aconteceu num sistema financeiro integrado e global, a força motriz inverteu-se num dispositivo de travagem catastrófico²¹. E finalmente vem para o primeiro plano a evidência de que o crescimento da Ásia poderá dever pouco a um aumento sustentado dos níveis de produtividade e bastante à acumulação de capital através da dívida e através da atracção de capitais vindos do exterior.

Esta parece ser uma descrição válida, ou pelo menos suficiente, do que correu mal na Ásia. Este específico modelo de desenvolvimento gera problemas suficientes para terminar numa crise generalizada: os poderes de regulação não funcionaram com eficiência, e a maturidade deste modelo conduziu estas economias para a zona dos rendimentos decrescentes, exactamente no período em que a globalização criou o incentivo para novos e arriscados investimentos, que se tornaram possíveis e mais fáceis por virtude das entradas significativas de capitais vindos do exterior.

Por convincente que esta descrição seja, ela não é inteiramente satisfatória. O que foi designado como modelo asiático de desenvolvimento não é homogéneo, há enormes diferenças entre as economias da região e isto cria dificuldades para explicar o processo de contágio e a razão da sua rapidez. Por outro lado, o mecanismo detonador continua a ser um mistério: o que é que provocou a crise súbita? E a crise no Japão, fará parte do mesmo processo ou é de um outro tipo, pertencendo a um padrão de crises articuladas? Todas estas perguntas devem ter uma resposta para que se possa aceitar como satisfatória uma explicação que não poderá ser mais do que preliminar enquanto estas perguntas se mantiverem em aberto. Não é só uma questão de teoria, tem importantes consequências práticas: grande parte do debate a propósito do papel do fmi, como um bombeiro que deitou gasolina no fogo em lugar de água, depende destas respostas²². Pela minha parte, não tenho a ambição de ter as respostas, mas parece possível esboçar alguns argumentos que podem conduzir até elas.

Parece razoável admitir que o Japão tenha desempenhado, em todas estas perturbações na Ásia Oriental, um papel mais importante do que tem sido habitualmente reconhecido. O Japão tem sido a força motriz do modelo, mas perdeu vitalidade desde o princípio da década actual. É a segunda economia do mundo, mas a sua procura interna continua apática, insensível aos indicadores de recessão e incapaz de puxar pelas outras economias da região. As dificuldades do seu sector bancário, depois da «bolha» financeira do início da década de 90, e o seu estado actual de economia bloqueada numa «armadilha da liquidez»²³, foram certamente factores instrumentais para a volatilidade dos mercados financeiros asiáticos e para muitos dos erros de decisão de investimento que terminaram em créditos incobráveis (muitos dos quais alimentados por investimentos apoiados pelo Japão). E, ainda antes da turbulência mais recente, verificaram-se variações significativas na relação de troca entre o dólar e o iene, sobretudo após 1995, que aumentaram as tensões sobre as «comissões cambiais» responsáveis pela gestão do sistema de indexação das moedas asiáticas ao dólar. Pode admitir-se que cada um destes factores não seria suficiente para constituir um detonador convincente para a crise, mas o seu conjunto tem seguramente significado para um modelo de desenvolvimento que tinha no seu interior vulnerabilidades efectivas.

Uma outra contribuição importante para o mecanismo detonador e para a explicação do processo de contágio é a mistura catastrófica de duas culturas financeiras muito diferentes: as normas dos sistemas financeiros ocidentais e orientais não eram compatíveis, seja em termos do modo de considerar o tempo (maturidades dos créditos e taxas de retorno do capital investido), seja em termos de análise do risco (reservas e provisões para créditos incobráveis). Porém, a globalização dos mercados financeiros e a necessidade de procurar oportunidades de aplicação de capitais ocultaram estas diferenças essenciais até já ser demasiado tarde. O que, de um momento para o outro, foi denunciado como sendo um «capitalismo de relações e de influências» esteve no centro do modelo de desenvolvimento asiático desde o seu início e era uma peculiaridade regional bem conhecida. Os perigos do «capitalismo de relações» e dos «sistemas bancários baseados em conhecimentos e influências pessoais» foram amplificados quando importantes fluxos de capitais externos entraram nas instituições financeiras locais. Como os gestores destes fluxos de capitais e destes fundos de investimento reagiram com fugas em pânico quando foram confrontados com a evidência da crise, contribuíram para o seu agravamento para além do que seria necessário e com efeitos que

se manterão por um prazo longo, no sentido de que será preciso muito tempo para recuperar a confiança perdida de modo a conseguir voltar a misturar estas duas culturas financeiras.

Finalmente, já não é possível evitar a questão difícil do que poderá ser o papel da China à medida que a sua economia se integra no que foi o modelo de desenvolvimento asiático. Para as autoridades japonesas esta é, provavelmente, uma questão vista como a mais séria ameaça ao futuro do Japão ou, pelo menos, à sua posição dominante na economia regional. Não é uma questão bilateral nem uma disputa pela hegemonia dentro da região. A dificuldade real é a compatibilidade do potencial de produção da China com a estratégia expansionista do modelo asiático, tal como ele se manifestou nos últimos trinta ou quarenta anos. Na crise actual, e até agora, a China tem desempenhado um papel estabilizador, que aumentará a sua importância estratégica e a sua relevância para o futuro. Mas quanto mais aumenta a relevância da China, mais ameaçado ficará, e se sentirá, o Japão: qual deles ficará com o estatuto de força motriz na próxima fase de desenvolvimento na Ásia?

3. As tendências de longo prazo

As repercussões da crise asiática são dramáticas para a generalidade das sociedades asiáticas no curto prazo, são muito complexas, mesmo a longo prazo, para o Japão – como a força motriz de um modelo que esgotou as suas potencialidades e que parece estar bloqueado num beco sem saída ou numa armadilha da liquidez, o que é o equivalente financeiro a um encerramento de perspectivas de futuro estratégicas e sociais – e coloca no primeiro plano o papel da China, um desenvolvimento que, só por si, altera drasticamente o contexto asiático, contribuindo para explicar pelo menos algumas das dificuldades com que o Japão está confrontado. Tudo isto obrigaria a aceitar a necessidade de um novo começo no que se refere aos estudos asiáticos e às políticas dirigidas às economias, às sociedades e aos sistemas políticos asiáticos, mesmo que tudo o resto fique constante.

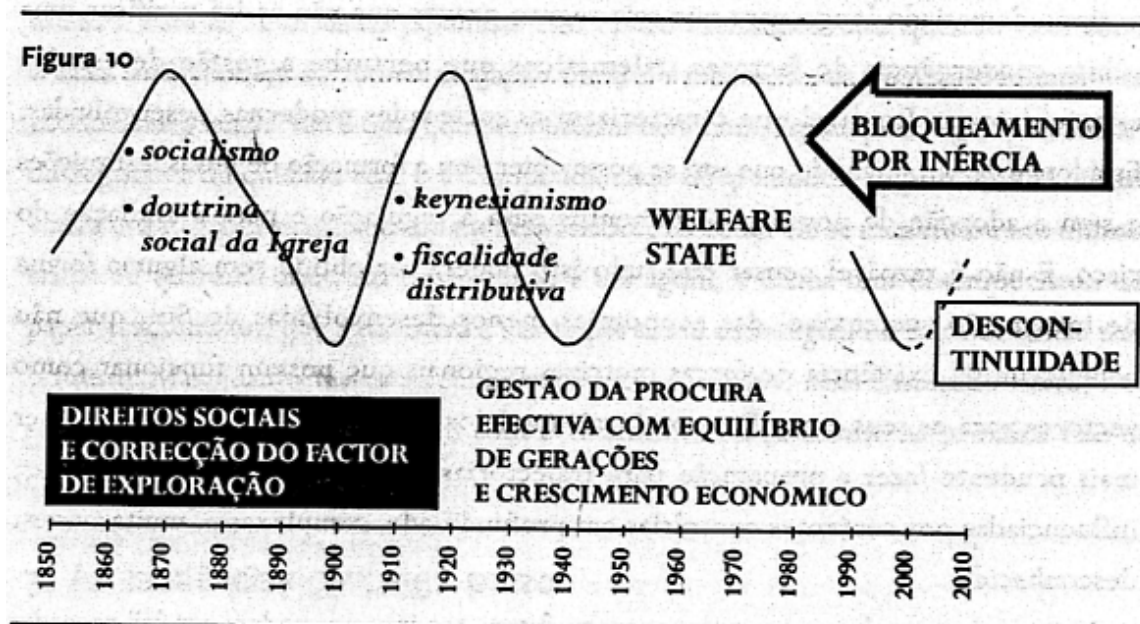
Todavia, não é credível que tudo o resto fique constante. O mecanismo, ou o detonador, que abriu os canais da dívida nas economias asiáticas pode também estar a funcionar noutras partes do mundo – e a Europa continental é uma área vulnerável durante os próximos vinte e cinco anos, quando os problemas de financiamento da protecção social se deteriorarão, agravados por uma evolução demográfica negativa. O que aconteceu na Ásia, seguindo o mesmo argumento ou alguma das suas múltiplas variantes possíveis, pode acontecer noutras partes. E desde a queda do império soviético, é claro que nenhum Estado nacional tem os poderes de regulação eficazes para proteger a sua sociedade dos efeitos perturbadores das influências externas.

Vinte e cinco anos de vulnerabilidade estratégica para os países europeus é um período demasiado longo para que seja seguro prever que não se irá verificar uma súbita convergência de factores trilemáticos que perturbe a gestão de estados estacionários a alto nível que caracterizam as sociedades modernas desenvolvidas. Está longe de ser garantido que isto se possa obter sem a formação de novas instituições e sem a adopção de novos procedimentos para a regulação e para a avaliação do risco. E não é razoável pensar que tudo isto poderá ser obtido sem alguma forma de integração sustentável das economias menos desenvolvidas do Sul, que não beneficiam da existência de forças motrizes regionais que possam funcionar como vectores para os seus específicos ou

locais modelos de desenvolvimento. Parece ser mais prudente fazer a preparação para trajectórias turbulentas em águas agitadas, influenciadas por correntes contrárias em profundidade, complexas e, muitas vezes, desconhecidas.

Na tentativa de esboçar um mapa para um futuro tão incerto, poderá ser útil recordar exemplos passados de processos de mudança equivalente. Isto não seria de muita utilidade se o objectivo for apenas o de procurar algumas receitas conhecidas do passado para as aplicar a um contexto que é diferente – onde, obviamente, o que foi eficaz no passado não irá repetir os seus bons resultados. E também não será útil procurar encontrar regularidades, pois nada assegura que o passado se vai reproduzir a si mesmo no futuro. Mas quando se recorda de onde se vem, é mais fácil aceitar as incertezas da nova e necessária viagem que tem de se fazer até ao futuro imediato.

Para identificar as tendências principais indicadas pela perspectiva histórica, desde a parte final do século XIX até ao tempo presente e ainda um pouco mais para a frente, mas também para identificar o que serão as coordenadas desse tipo de mapa para o futuro, poderá ser útil considerar as mensagens contidas nos ciclos longos de Kondratiev. Sei que para muitos, entre os quais me incluo, as regularidades de Kondratiev permanecem um mistério. Mas seja qual for a hipótese que se aceite quanto ao que será o mecanismo subjacente que as produz, a verdade é que os ciclos de Kondratieff aparecem expressos nos dados históricos e nas estatísticas económicas, ao mesmo tempo que ilustram a ligação concreta de sucessivas curvas em S ou sigmóides. Quando se estabelece o perfil da evolução económica desde 1850, a imagem resultante será próxima daquela que aparece na figura seguinte, onde são também referenciados alguns acontecimentos relevantes que ajudam a interpretar o sentido desta evolução.



No primeiro movimento descendente, de 1870 até ao fim do século, dois acontecimentos fundamentais condicionaram todo o quadro de possibilidades para o século XX: as concepções socialista e marxista da luta de classes e a resposta democrata-cristã baseada

na doutrina social da Igreja Católica. Para além das diferenças óbvias em termos de estratégia política (conflito versus negociação) e objectivos últimos (revolução versus reformismo gradualista), havia uma convergência implícita no que se refere ao reconhecimento dos direitos sociais e da necessidade de corrigir o grau de exploração associado com a actividade económica, de modo a salvaguardar a dignidade humana dos trabalhadores. E esta convergência das duas principais ideologias políticas implica uma rejeição comum da racionalidade capitalista, considerada desumana e descristianizada: o mercado capitalista tinha de ser politicamente gerido e institucionalmente regulado.

No segundo movimento descendente, de 1920 a 1940, dois acontecimentos fundamentais, ambos vindos da mesma fonte e, por vários modos, tentando formular uma resolução para o conflito gerado pelos dois anteriores acontecimentos fundamentais da parte final do século passado, configuraram um outro campo de possibilidades: o keynesianismo e a concepção de uma política fiscal distributiva, ou o intervencionismo estatal para regular a evolução das economias, estabeleceram uma síntese operacional para as clivagens políticas do passado. O Estado Providência é o mais importante produto deste período crítico, quando as democracias estiveram na vizinhança do colapso e as tensões políticas foram conduzidas ao extremo da guerra. Também parece ser um dos mais elogiados produtos da política ocidental, cuja influência foi tão grande que alterou drasticamente a forma e a função da família, assim como os modos tradicionais de protecção individual e colectiva contra o risco, a doença, a insegurança e a velhice. E também mudou os hábitos de consumo e os níveis de despesa, na medida em que a rede de protecção social contribuiu para diminuir a necessidade para o aforro de precaução.

Contudo, a viabilidade e a sustentabilidade deste dispositivo de protecção social dependiam de duas condições muito específicas e estritas, o crescimento económico e demográfico. O que foi designado como a economia da solidariedade era, de facto, um mecanismo distributivo não penalizador dentro de cada geração e entre gerações. Se o crescimento económico não se concretizasse ou se as gerações seguintes não fossem maiores, mais activas e mais produtivas do que as gerações anteriores, não se poderia satisfazer a regra da não penalização. A verificarem-se estas circunstâncias, que não eram desejadas e que não foram previstas, para manter a regra da não penalização seria necessário aceitar níveis crescentes de dívida, obrigatoriamente transferidos para as futuras gerações que serão mais pequenas o que, portanto, é uma solução insustentável²².

Isto é exactamente o que parece estar a acontecer e que se tornou evidente durante o terceiro movimento descendente, que se inicia algures entre 1967 (desvalorização da libra), 1971 (decisão de Nixon de terminar a convertibilidade do dólar em ouro) e 1973 (o primeiro choque petrolífero) e que se prolongará até uma data ainda desconhecida (se as regularidades de Kondratiev continuarem a verificar-se, será entre 2000 e 2010, mas ninguém pode ter a certeza até que a tendência de recuperação se concretize). Por agora, a única coisa que se impõe é o aumento do grau de instabilidade e de volatilidade, exactamente o que se deveria esperar encontrar num processo de mudança de paradigma. E os episódios específicos de crise que aparecem durante este processo devem ser interpretados com referência a este pano de fundo. Ainda que as singularidades locais tenham um papel importante na interpretação das perturbações, estas não são independentes do enquadramento geral e, por elas próprias e pelos seus efeitos, contribuem para o seu desenvolvimento.

Entretanto, nesta fase de transição, parece ser razoável comparar o actual movimento descendente com as fases idênticas do passado. O que parece faltar agora é a evidência de desenvolvimentos analíticos e ideológicos que possam conduzir à fase de novas construções institucionais e de reconfiguração²³ dos comportamentos sociais, que constituíram os acontecimentos principais das duas fases descendentes anteriores. Daqui tanto se pode inferir que a actual fase descendente será mais longa do que seria de esperar em termos das regularidades de Kondratiev, como se pode concluir que estamos próximos da ocorrência de acontecimentos relevantes²⁴.

Qual pode ser a contribuição da crise asiática para a interpretação e a compreensão destes tempos de mudança? Para resumir o que poderia ser um longo argumento, e tendo em conta que esta crise ainda está em desenvolvimento, ainda longe de uma resolução estável, parece seguro concluir que o mecanismo detonador não é formado por um único acontecimento ou por uma sequência linear de acontecimentos, mas por um processo cumulativo de disfuncionalidade de relações integradas em configurações passadas que, entretanto, perderam o seu significado e a sua capacidade para auto-regulação. Este tipo de crise desenvolve-se por processos de consequências imprevistas e de expectativas frustradas – justamente o que se espera encontrar em períodos de grandes mudanças, quando é preciso reformular as coordenadas dos mapas.

A crise asiática e as suas repercussões clarificam a questão da eficácia dos actuais dispositivos de regulação nestes tempos de globalização e quando as configurações políticas, económicas, sociais, culturais e internacionais herdadas do passado estão posicionadas na secção superior, e mais instável, da sigmóide do progresso, da trajectória do crescimento. Sem uma resposta credível para os mistérios das ondas cíclicas de Kondratiev (que Schumpeter e Keynes foram incapazes de resolver durante os anos 30²⁷), não posso dizer se a crise asiática revela um vírus mutante ou um vírus recorrente. Por agora, parece que deveríamos ser mais prudentes do que confiantes, concentrando os esforços na identificação da tendência que é definida pelas linhas de necessidade. Sabemos que foram perdidos poderes reguladores tradicionais, mas não sabemos qual será o próximo movimento: obrigados a ir com os fluxos, perdemos, para o bem ou para o mal, as certezas dos territórios, dos espaços e dos poderes nacionais protegidos por fronteiras.

Notas

¹ Jenny Corbett, David Vines, “The Asian crisis: competing explanations”, Ford Foundation project International Capital Markets and the Future of Economic Policy, Cambridge, 16-17 de Abril de 1998.

² Paul Krugman, “Setting Sun, Japan: what went wrong?”, Slate, 11 de Junho de 1998.

³ A escolha deste intervalo temporal pode ser visto como um enviesamento eurocêntrico, injusto em relação ao papel histórico de outros centros de poder, especialmente em relação à China. Para uma perspectiva diferente, ver Andre Gunder Frank, *ReOrient, global economy in the Asian age*, Berkeley, University of California Press, 1998; Christopher Chase-Dunn, Thomas Hall, *Rise and Demise: comparing world-systems*, Boulder, Westview, 1997.

⁴ IMF, “Globalization, Opportunities and Changes”, World Economic Outlook, Maio de 1997: “A integração económica entre as nações não é um fenómeno novo. De facto, a crescente integração da economia mundial nas últimas décadas pode ser vista, em muitos aspectos, como o recomeço da integração intensa que começou em meados do século XIX e terminou com a Primeira Guerra Mundial”. A definição de globalização proposta pelo Fundo Monetário Internacional é tão boa como qualquer outra: “o termo globalização refere-se à crescente interdependência económica dos países na escala mundial que se manifesta no crescente volume e variedade de transacções de bens e serviços através das fronteiras e dos fluxos de capitais internacionais, e também na mais rápida e mais generalizada difusão da tecnologia”. A questão principal, contudo, não decorre do lado quantitativo da globalização, mas sim dos seus efeitos qualitativos: o aumento da quantidade produz, depois de atingido um certo nível (que não é conhecido antecipadamente), mudanças substantivas na eficácia – e, portanto, na qualidade – dos mecanismos de regulação nos sistemas nacional, regional e internacional.

⁵ Sobre o conceito de trilema ver Torben Iversen, Anne Wren, “Equality, Employment and Budgetary Restraint: the trilemma of the service economy”, World Politics, vol. 50, n.o 4, 1998.

⁶ Jonas Salk, Jonathan Salk, World Population and Human Values, a new reality, New York, Harper and Row, 1981.

⁷ Idem, p. 116.

⁸ Idem, p. 114.

⁹ Fernand Braudel, The Perspective of the World, London, Collins, 1984; Christopher Chase-Dunn, Thomas D. Hall, Rise and Demise, comparing world-systems, Boulder, Westview, 1997.

¹⁰ Manuel Castells, End of Millenium, vol. III de The Information Age: Economy, Society and Culture, Oxford, Blackwell Publishers, 1998; Linda Weiss, The Myth of the Powerless State, governing in a global era, Cambridge, Polity Press, 1998.

¹¹ Joseph Stiglitz, “Bad Private-Sector Decisions”, Wall Street Journal, 4 de Fevereiro de 1998.

¹² Karel von Wolferen, “Le Japon et la Crise Financière en Asie”, Le Débat, n.o 101, 1998, Paris, Gallimard.

¹³ Anthony McGrew, “Restructuring foreign and defence policy: the USA” in Asia-Pacific in the New World Order, Anthony McGrew, Christopher Brook, editores, London, Routledge, 1998.

¹⁴ Jim Rohwer, “Japan’s Bank Debt Bomb Is Scarier Than You Think”, Fortune, 9 de Novembro de 1998.

¹⁵ Karel von Wolferen, op cit.

¹⁶ Charles Wolf Jr., “Too Much Government Control”, Wall Street Journal, 4 de Fevereiro de 1998.

¹⁷ Paul Krugman, “Will Asia Bounce Back?”, discurso pronunciado no Crédit Suisse First Boston, Hong Kong, Março de 1998; “The Confidence Game”, The New Republic, 5 de Outubro de 1998.

¹⁸ Taxas flutuantes oferecem maior liberdade de ajustamento, permitindo, por exemplo, estimular a economia, e também asseguram a liquidez, mas com os investidores a fazerem avaliações cuidadosas do grau de risco dos seus investimentos. O sistema de Bretton Woods tentou combinar a confiança e a liquidez, mas acabou por se revelar insustentável.

¹⁹ Anna J. Schwartz, “International Financial Crises: myths and realities”, The Cato Journal, vol. 17, n.o 3, 1998.

²⁰ Stanley Fisher, “The Asian Crisis: a View from the IMF”, Midwinter Conference at the Bankers’ Association for Foreign Trade, Washington, 22 de Janeiro de 1998. Ver também Lawrence H. Summers, “Opportunities Out of Crises: Lessons from Asia”, declarações ao Overseas Development Council, 19 de Março de 1998, Office of Public Affairs, The Department of the Treasury.

²¹ Javad K. Shirazi, “The East Asia Crisis: Origins, Policy Challenges, and Prospects”, exposição ao The National Bureau of Asian Research and The Strategic Studies Institute’s Conference “East Asia in Crisis”, Seattle, 10 de Junho de 1998.

²² Steven Radelet, Jeffrey Sachs, “The Onset of the East Asian Financial Crisis”, seminário no USAID, 29 de Janeiro de 1998; Helmut Reisen, “Domestic Causes of Currency Crises: Policy Lessons for Crisis Avoidance”, OECD Development Centre, Technical Papers n.o 136, 1998; John Eatwell, Lance Taylor, “International Capital Markets and the Future of Economic Policy”, Centre for Economic Policy Analysis, working paper series III, New School for Social Research, Nova York, Agosto de 1998 (revisto em Setembro de 1998).

²³ Paul Krugman, “Japan’s Trap”, manuscrito, Maio de 1998; “Setting Sun, Japan: what went wrong?”, loc. cit.; “Japan: even worse than you think”, Financial Times, 27 de Outubro de 1998.

²⁴ Fritz W. Scharpf, “Economic Integration, Democracy and the Welfare State”, Max Planck Institute for the Study of Societies, working paper 96/2, Julho de 1996.

²⁵ Sobre o conceito de configuração ver Norbert Elias, The Civilizing Process, Oxford, Basil Blackwell, 1994, pp. 214-215.

26 Christopher Chase-Dunn, “World State Formation: historical processes and emergent necessity”, Program in Comparative International Development, Department of Sociology, Johns Hopkins University, working paper #2; Immanuel Wallerstein, “States? Sovereignty? The Dilemmas of Capitalists in an Age of Transition”, conferência sobre State and Sovereignty in the World Economy, University of California, 21-23 de Fevereiro de 1997; W. L. Goldfrank, “Beyond Cycles of Hegemony: economic, social, and military factors”, Journal of World-Systems Research, vol. 1, n.o 8, 1995; George Modelski, “Evolutionary Paradigm for Global Politics”, International Studies Quarterly, vol. 40, 3, 1996.

²⁷ Numa carta para Simon Kuznets, de 16 de Março de 1940, Schumpeter reconhece, em referência aos ciclos Kondratiev: “Eu sei que estou a arriscar o meu pescoço ao mostrar-me tão afirmativo num tema sujeito a tantas dúvidas, mas penso que posso dizer em minha defesa que, naqueles pontos onde o esquema do ciclo longo parece não se ajustar aos dados existentes, estou preparado para provar em detalhe o que são os factores que provocam os desvios”. Contudo, não conseguiu convencer os outros. Keynes desvalorizou o problema com a muito célebre frase “no longo prazo estamos todos mortos” que está no centro das dificuldades actuais, quando estão vivos os descendentes daqueles que deveriam ter morrido e que vivem mais anos do que os previstos por Keynes quando definiu o longo prazo.